

# ESTUDO DA NOMINALIZAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

JANETE DOS SANTOS BESSA NEVES  
(PUC-Rio)<sup>1</sup>

*ABSTRACT: In view of the nominalization to be a highly productive process in the journalistic speech, the objective of this article is to show that the construction of this resource equally constitutes a strategy of involvement and/or to a distance with relation to the knowledge that to intend to construct. We will see that, when producing a enunciative with strategies of involvement and/or distance, the enunciator constructs a modal value, considering here the concept of ‘assertion’ (Culioli, 1990) and of ‘mediatif’ (Güentchéva 1994 and 1996). Our corpus of study in such a way considered nominalization in its grammarian-literal function how much in semantic-indicator function (Basílio, 1996). It is verified, thus, under the semantic-enunciative approach, that the nominalization favors and protects the enunciative source when the enunciator needs to assume or to distance of the information that is propagating.*

*KEYWORDS: semantic-enunciative study, nominalization, modality, evidentiality*

## 1. Introdução

Ao lermos notícias em jornais e revistas, muitas vezes constatamos estratégias lingüísticas objetivando um distanciamento em relação ao enunciado construído para que o enunciador não se comprometa com aquilo que está sendo veiculado. Outras vezes constatamos o contrário: o enunciador constrói um total comprometimento com o conteúdo que está comunicando, assumindo, assim, a responsabilidade pelas possíveis conseqüências. Esses fenômenos podem ser designados de ‘estratégias de distanciamento’ e ‘estratégias de envolvimento’<sup>2</sup>, respectivamente. Verificamos que isso ocorre, principalmente, em enunciados produzidos por jornalistas ou outros profissionais que escrevem para jornais e revistas.

---

<sup>1</sup> Colaboradora Doutorada do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Trabalhamos aqui com a noção de “envolvimento do falante com o que está sendo dito” tal com aparece em Chafe (1986). Esse autor trata do envolvimento na língua oral, já que reconhece que a língua escrita se caracteriza por distanciamento. Neste trabalho, no entanto, recorreremos à noção de ‘envolvimento’ para a interpretação dos enunciados escritos, considerando, assim, não o caráter mediático da escrita, mas a verbalização de enunciados que revelam também um envolvimento, uma assunção do enunciador.

A recorrência a esses aspectos lingüísticos se concretiza, na linguagem jornalística, em predominância, por meio das estratégias de distanciamento, de desresponsabilização, já que o profissional necessita, muitas vezes, não se comprometer com o que diz para não sofrer ameaça de processo judicial<sup>3</sup>. Dentre as estratégias de envolvimento e de distanciamento, verificamos que há um uso considerável de nominalizações deverbais tanto em sua função gramático-textual quanto em sua função semântico-designadora (Basílio, 1996).

O foco do presente trabalho é, assim, mostrar que nominalizações deverbais em português constituem-se, ao lado de outros recursos lingüísticos, estratégias de envolvimento ou de distanciamento em relação ao conhecimento construído. Veremos que essas estratégias dizem respeito ao posicionamento do enunciador frente ao enunciado construído e esse enunciador poderá expressar sua opinião (avaliação) com maior ou menor envolvimento ou com maior ou menor distanciamento em relação ao conhecimento construído, dependendo da sua intenção.

Faremos uma associação das estratégias de envolvimento com os valores modais de ‘asserção’, seguindo alguns postulados teóricos de A. Culioli (1990); e das estratégias de distanciamento com o conceito de ‘mediativo’ proposto por Z. Güentchéva (1994, 1996), ambos numa abordagem semântico-enunciativa. Associaremos igualmente o conceito da ‘neutralidade’, citado por Basílio (1994) e Azeredo (1999), na construção de nominalizações deverbais, a ‘estratégias de distanciamento’. Além disso, indicaremos uma outra abordagem, um outro aspecto teórico, para a análise desse fato lingüístico.

Assim, veremos, particularmente, sob esse enfoque semântico-enunciativo, a questão da fonte enunciativa na construção do enunciado, quer dizer, verificaremos, na construção da nominalização, se quem a constrói é o próprio enunciador ou se este recorre a uma outra estratégia para não assumir o comprometimento dessa construção.

Por este estudo privilegiar a relação entre enunciador e enunciado, estabelecida na construção dos enunciados, verificaremos que essas questões dizem respeito aos estudos dos valores modais.

Vale destacar que esta investigação só foi possível devido à existência de grande número de nominalizações deverbais construídas na língua escrita e, mais particularmente, observadas na linguagem jornalística. Isso pode ser comprovado no enunciado (1), em que temos, em apenas dois períodos, sete nominalizações:

(1) “O Supremo autorizou a **quebra** do sigilo fiscal do presidente do BC desde 1996 – abarcado o período em que amealhou sua fortuna nos Estados Unidos –, bem como o **levantamento** de todas as **operações** com dólares feitas por ele e suas empresas. Além das **declarações** de renda, a procuradoria espera receber

---

<sup>3</sup> Sobre isso nos diz João Ubaldo Ribeiro: “(...) tenho que usar ‘suposto’, ‘alegado’ etc, senão pode dar processo em cima de mim (...)”. (*O Globo*, “Quem nasceu ontem?”, 19/06/05, p. 7).

**informações** sobre o volume da **movimentação** financeira do presidente do BC e de suas empresas, apontadas pelo **recolhimento** da CPMF.” (*ISTOÉ* – 18/05/05 – pp. 88/89)

O enunciado acima, sem as nominalizações, poderia apresentar comprometimento de sua compreensão e legibilidade. As nominalizações são, assim, importantes na tessitura de um texto e seu emprego enriquece a dinâmica textual.

Foram selecionadas para este estudo nominalizações construídas em enunciados publicados em jornais e revistas brasileiras (incluindo os eletrônicos), em 2005.

## 2. Algumas questões teóricas

A nominalização deverbal apresenta uma ‘polissemia sistemática’ (Basílio, 2004) que favorece a compreensão do que estamos indicando nesta investigação por estratégias enunciativas de envolvimento ou de distanciamento. A polissemia sistemática se define como a “multiplicidade de interpretações possíveis de caráter pré-determinado numa forma lingüística”, como acentua Basílio (2004); e, particularmente, para as nominalizações deverbais, a polissemia sistemática está ligada “a diferentes instâncias de uso freqüente e necessário, todas relacionadas a um processo geral de desverbalização do verbo” (idem).

Ainda para Basílio, existem quatro motivações para a formação de substantivos deverbais, a saber:

*“(a) a necessidade de expressar noções verbais em estruturas verbais que sintaticamente exigem a ocorrência de um substantivo, como em*

*a. O Governo pretende aumentar os impostos*

*b. Os empresários ficaram preocupados com o aumento de impostos.*

*(b) a necessidade de referência genérica ao evento representado pelo verbo ou seu efeito, sem especificações de argumentos e categorias gramaticais, como em:*

*A guerra só traz dor e destruição.*

*(c) a necessidade de referência a uma instância específica do evento representado pelo verbo, como em*

*O gato deu um pulo e fugiu*

*e (d) a necessidade de referência a frases e orações através do uso da forma nominalizada do verbo, como em:*

*O presidente do Banco Central decidiu manter a taxa de juros alta por mais seis meses. A decisão provocou reações negativas.”*

O presente estudo se justifica e se apóia, assim, no conceito de polissemia sistemática. É a partir desse conceito que estaremos analisando as diferentes ocorrências de substantivos deverbais, mostrando ainda a complexidade semântica que se efetiva a partir da construção desse processo de nominalização. Essa complexidade se revela nos substantivos deverbais selecionados para corpus deste trabalho.

Outro aspecto teórico a destacar é que, ao analisar enunciados em que falantes expressam um ponto de vista, uma opinião em relação a determinado evento, estamos tratando de um fenômeno inerente ao processo de interação verbal que é a 'avaliação'. Entendida por Linde (1997) como uma parte importante da dimensão moral da linguagem, a avaliação, segundo essa autora, indica a ordem social que os falantes reproduzem ao assumi-la.

Na avaliação, os enunciadores podem construir seu ponto de vista em relação ao conhecimento a partir de diferentes graus de envolvimento ou de distanciamento, de desresponsabilização. O envolvimento e o distanciamento estarão sendo relacionados à noção de 'estratégias', empregadas para designar quaisquer marcas, lacunas, meios ou recursos lingüísticos para interagir com seu público-alvo (Gumperz, 1982). Para esse autor, as estratégias funcionam como uma série de procedimentos adotados para se obter sucesso no jogo da interação.

Além dos conceitos de 'avaliação' e 'estratégias' de que falamos acima, outros dois conceitos serão trabalhados na análise dos enunciados: a questão da 'assunção' do enunciado, que marca o envolvimento do enunciador com o enunciado construído; e o fenômeno designado de 'mediativo', que caracteriza enunciados que revelam distanciamento em relação ao conhecimento construído no enunciado. Esses dois conceitos serão tratados a seguir já na análise dos enunciados.

### 3. Metodologia, descrição e análise

Compõem o corpus deste estudo enunciados publicados em jornais e revistas brasileiras (incluindo os eletrônicos), no período de 27 de abril a 24 de maio de 2005. Foram compiladas 56 nominalizações deverbais<sup>4</sup> retiradas de artigos de opinião, notícias, reportagens, editoriais e comentários de notícias. Dessas nominalizações, 38 têm sufixação em *-cão*; 17, em *-mento*; e apenas 1, em *-ncia*, o que ratifica o percentual diagnosticado em outras pesquisas<sup>5</sup>.

#### 3.1 Assunção e envolvimento

Entenderemos as 'estratégias de envolvimento ou assunção' a partir do conceito de 'asserção', ou seja, quando o enunciador assume a responsabilidade pelo que está construindo, não a transferindo para outra entidade enunciativa. Para melhor compreender esse conceito, recorreremos a algumas possibilidades de valores modais, dentre as quais a construção da 'asserção' que é uma forma de se atribuir valor modal ao enunciado. Vejamos isso na abor-

---

<sup>4</sup> O objetivo deste trabalho não foi realizar uma pesquisa exaustiva das nominalizações no discurso jornalístico, mas, sim, mostrar que a nominalização é um recurso de distanciamento; por isso, o número de enunciados estudados foi reduzido.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Basílio, 1993:154-155.

dagem semântico-enunciativa das ‘Operações Predicativas e Enunciativas’, de Antoine Culioli.

Nessa teoria, verificamos que, ao construir a significação, o enunciador valida (ou não valida) as relações predicativas (ou proposições) (Culioli, 1990). De uma mesma relação predicativa <João comprar pães> podem-se derivar, por exemplo, os seguintes enunciados:

- (2) a. João comprou os pães.  
 b. João deve ter comprado os pães.  
 c. João comprou os pães?

Nesses enunciados o enunciador assume de forma e grau diversos a relação predicativa acima descrita. Em (2a), o enunciador construiu um valor de asserção, já que validou a relação predicativa, assumindo, com isso, que ‘sabe que João comprou os pães’. Em (2b), temos construído também um valor de asserção com o verbo ‘dever’ só que, nesse caso, com grau de conhecimento mais enfraquecido em relação ao objeto construído<sup>6</sup>. Ou seja, enquanto em (2a) a assunção é total, em (2b), numa escala de valores assertivos, o enunciado construído com esse verbo se caracteriza por se aproximar mais do valor do ‘quase-certo’, assinalando que o enunciador não tem total certeza do conhecimento, assumindo parcialmente e não se envolvendo com aquilo que constrói.

O que caracteriza o enunciado interrogativo, em (2c), é que nele o enunciador não valida a relação predicativa subjacente ao enunciado como ‘certa’ ou ‘não certa’. Remete essa tarefa para o co-enunciador, pela construção antecipada do seu espaço enunciativo.

Apenas o enunciado (2a) seria, então, considerado uma assunção total com envolvimento do enunciador, já que em (2b) e (2c) não há essa assunção. Os exemplos (2b) e (2c) poderiam ser considerados enunciados construídos com distanciamento, já que, por não ter certeza, o enunciador não se envolve ou não assume completamente o que deseja comunicar.

O mesmo podemos dizer de enunciados construídos com nominalizações deverbais, tanto em função semântico-designadora, quanto em função gramático-textual (Basílio, 1996). Vejamos os exemplos de (3) a (10) abaixo e sua respectiva interpretação e análise:

- (3) “(...) O governo petista decerto acreditou que, como tantas outras, também essa ossada acabaria na vala comum escavada pela má memória nacional. Errou. A **exumação** acaba de ser providenciada pelo PTB, partido integrante da aliança governista”. (Augusto Nunes – *JB* – 17/05/05 – p. A2)

Nesse exemplo, ‘exumação’ (nominalização em função gramático-textual, pois é o resultado abstrato de ‘exumar’) sintetiza a idéia veiculada nos períodos anteriores. Há, assim, uma relação anafórica, mas, ao mesmo tempo

<sup>6</sup> O exemplo (2b) poderia ser, assim, representado:

(distanciamento) Domínio do ‘não certo’ \_\_\_\_\_X\_\_\_\_\_ Domínio do ‘certo’ (assunção total)  
 Domínio do ‘quase-certo’: verbo ‘dever’

em que o jornalista Augusto Nunes estabelece a anáfora, ele assume com a nominalização uma crítica ao governo. Podemos dizer até que, ao construir a nominalização, Nunes atinge o ponto alto, o clímax, de sua crítica ao governo. Temos, com isso, um total envolvimento com a mensagem que está sendo veiculada.

(4) “Historicamente, o **entupimento** do ensino fundamental fez empacar o ensino médio. Sem “matéria-prima”, o ensino superior não podia crescer. Quando o ensino fundamental se expandiu, o médio teve mais alunos e passou a alimentar o crescimento do superior.” (Cláudio de Moura Castro – *Veja* – Ponto de vista – “A outra reforma universitária” – 11/05/05 – p. 20)

Já nesse exemplo não há uma relação anafórica. O enunciador apenas recorre à nominalização para exteriorizar um pensamento em relação a um processo pelo qual a educação brasileira passou. Se o enunciador não desejasse assumir ou envolver-se com o que estava dizendo, poderia ter recorrido a uma fórmula de distanciamento, como a utilização, por exemplo, das aspas que indicariam que outro, no processo enunciativo, teria utilizado essa designação. Castro assume uma posição categórica ao indicar a causa para o não crescimento do ensino superior. A nominalização, portanto, é a palavra central da mensagem do autor.

(5) “Os aliados reclamam que o PT tem mais cargos no governo do que votos no Congresso. Esta **distorção** ocorreu porque o presidente delegou a uma comissão do PT – Silvio Pereira e Marcelo Sereno – a partilha dos cargos federais. Se a idéia era fortalecer o PT, muito bom. Mas, para o governo, resultou numa usina de **ressentimentos**.” (Ilimar Franco – “Os erros de Lula” – *O Globo* – 16/05/05 – p. 2)

Em (5) temos igualmente duas nominalizações indicando o comprometimento do enunciador. Quando Franco diz que houve uma “distorção”, ele assume que existe um fato negativo na nomeação de cargos no governo, comparando com a representatividade no Congresso. No excerto, encontramos ainda outra nominalização que ratifica o envolvimento de Franco: “ressentimentos”, em que há uma função designadora do substantivo para indicar o sentimento que resultou de um equívoco no gerenciamento político do PT.

(6) “Chinaglia não quer admitir o **esvaziamento** da pauta política. Mas reconhece que o foco atual é a aprovação da emenda tributária, pondo fim à guerra entre Estados, municípios e a União.” (*JB* – 08/05/05 – p. A4)

O envolvimento com o enunciado fica muito claro nesse exemplo (6), já que o enunciador admite o “esvaziamento” que Chinaglia não admite. Assim, o “esvaziamento” é da responsabilidade do jornalista que escreveu a notícia.

(7) “\_Queremos tirar o Lula, mas nas urnas. Foi o José Dirceu quem disse, no passado, que ia nos derrotar nas urnas e nas ruas. Foi o PT que pediu que Fernando Henrique renunciasse e convocasse novas eleições. O golpismo faz parte do DNA deles, não do nosso – diz Alberto Goldman. O clima de **radicalização** que está se criando, e tende a se intensificar com a proximidade das eleições,

pode, de fato, levar o país a um impasse institucional.” (Ilimar Franco – “O confronto” – 23/05/05 – p. 2)

Num mecanismo de inferência, Franco resume na nominalização toda a informação contida na fala de Alberto Goldeman. A inferência construída nesse exemplo compromete o enunciador Ilimar Franco, já que prevê com a construção de “radicalização” uma postura que causará danos institucionais ao país.

(8) “(...) Daí as preocupações que se acumulam, originadas não só da falta de eficiência do governo no trato dos assuntos políticos, mas no que chega a parecer uma inapetência para esse tipo de trabalho. Dado o **agravamento** do quadro, o presidente dá sinais de movimento; chama as pessoas para conversar, menciona posturas.” (Editorial de *O Globo* – 22/05/05 – p. 6)

No fragmento do editorial (8), há uma retomada do período anterior com a construção da nominalização que indica o estado em que se encontra o governo na condução de assuntos políticos. Há um envolvimento do editorialista com o enunciado quando ele identifica que há um “agravamento” do quadro, ou seja, ele não só retoma o que informou anteriormente como também mostra com a desverbalização o estado grave em que se encontra o governo de Lula.

(9) “Romarinho, de 11 anos, é o reforço do Vasco para o campeonato carioca mirim deste ano. Atacante e titular, o menino deve entrar em campo com a camisa 11, como o pai. Até o ano passado, Romarinho jogava no ‘fraldinha’ do Fluminense. Teve um **desentendimento** com a equipe técnica e foi para o Vasco.” (Joaquim Ferreira dos Santos – *O Globo* – Coluna Gente Boa – Segundo Caderno – 22/05/05 – p. 3)

Joaquim Ferreira dos Santos mostrou, em (9), por meio da nominalização uma característica do Romarinho muito peculiar ao pai Romário, famoso jogador brasileiro. Assim, o colunista assume a responsabilidade de identificar um aspecto negativo do pai também no filho, ou seja, tal pai, tal filho.

(10) “No fim deste mês, a gestão de James Wolfensohn como presidente do Banco Mundial chega ao fim. Embora ainda haja muito para ser feito e consolidado, suas conquistas como líder da comunidade internacional de desenvolvimento são dignas de nota e formam um sólido alicerce para futuros trabalhos. Talvez a **contribuição** mais importante de Wolfensohn tenha sido tornar mais clara a missão do banco – promover o crescimento e erradicar a pobreza no mundo em desenvolvimento – e ao mesmo tempo reconhecer a escala gigantesca dessa missão e a impropriedade das abordagens.” (Joseph E. Stiglitz – *O Globo* – 16/05/05 – p. 7)

A princípio, em (10), descontextualizado do segundo período, podemos interpretar o substantivo “contribuição” apenas como uma forma neutra, mas como, nesse enunciado, logo no início, nos dois primeiros parágrafos, o enunciador exalta as qualidades do presidente do Banco Mundial, essa nominalização nos leva a inferir que há a intenção de mostrar um aspecto

positivo do trabalho de James Wolfenshn, revelando, assim, um envolvimento, uma responsabilização do jornalista com o que diz no enunciado.

Além desses exemplos, destacamos do corpus os enunciados abaixo (11a 13) em que a nominalização também exerce a função de expressar uma estratégia de envolvimento, cuja interpretação semântica vale registrar:

(11) “O deputado Renildo Calheiros encontrou a **explicação** para a crise política. “Os petistas estão querendo mais espaço no governo para usá-lo no toma-lá-dá-cá interno das eleições para a direção do partido, que será em setembro”.” (*ISTOÉ* – 18/05/05 – p. 38)

Com o recurso à nominalização, o autor da reportagem, em (11), constrói uma ironia a ser explicada com a relação catafórica. A “explicação” para o deputado citado é o “toma-lá-dá-cá”. Há, portanto, envolvimento do jornalista na construção da ironia.

(12) “**Devastação** é mato! Quer dizer, não é. **Desmatamento** na Amazônia cresce 6% em um ano.” (*JB – Nani – Caderno B – 21/05/05 – p. B6*)

Já nesse exemplo (12), o enunciador, Nani, faz um jogo de palavras muito interessante. Usa a expressão “Devastação é mato” para logo a seguir dizer que não é mato e sim “desmatamento”. A expressão “x é mato” é normalmente utilizada, no Brasil, para indicar intensidade do valor de x. Além do jogo de palavras, realiza um jogo com os sufixos derivacionais (-ção e -mento), os mais produtivos na formação de nominalizações.

(13) “(...) Os três acertaram uma **cooperação** na área de energia que deverá render a **construção** de uma refinaria no Nordeste, a **exploração** de petróleo na Venezuela e na Argentina pela Petrobrás e pela PDVSA.” (*ISTOÉ* – 18/05/05 – p. 31)

Nesse exemplo (13), temos como estratégia de envolvimento a construção de nominalizações que representam os diferentes momentos de uma negociação: 1º uma cooperação; 2º a construção; e 3º a exploração.

(14) “Eu preferia que essa inelegibilidade da governadora e de seu marido tivesse sido pelo voto, como consequência da **conscientização** do eleitor, da **evolução** de seu sentido crítico e de seu **discernimento**. (Zuenir Ventura – “Um casal abusado” – *O Globo* – 18/05/05 – p. 7)

Zuenir Ventura constrói, em (14), uma forma de envolvimento com o que diz a partir de uma seqüência de nominalizações que representam a ação das formas verbais correspondentes, ou seja, que o eleitor se conscientize, evolua e discirna seu sentido crítico. O recurso à nominalização nos parece de maior impacto, e, em consequência, mais comprometedor para o enunciador, ou seja, as nominalizações representam uma severa crítica ao casal citado.

Nos enunciados acima, encontramos 6 funções gramático-textuais (em 3, 5, 7, 8, 10 e 11), ou seja, exemplos que possuem função anafórica ou cata-



fórica, objetivando a organização textual; e igualmente 6 funções designadoras (em 4, 6, 9, 12, 13 e 14), que sintetizam o pensamento e o envolvimento do enunciador ao construir a forma lexical.

Podemos dizer, assim, que as análises dos enunciados acima nos dão a medida em que a construção de nominalizações deverbais favorece a produção de enunciados que evidenciem a intenção de seus enunciadores, além da mudança categorial efetivada com a construção desse processo de formação de palavras. Isso nos mostra ainda que a construção do envolvimento do enunciador passa por valores modais que ele constrói quando está em atividade de linguagem.

### 3.2 'Distanciamento' e 'mediativo'

Veremos que existem diversas formas de distanciamento na construção de enunciados. Em 3.1 verificamos que as ocorrências com o verbo modal 'dever' (domínio do 'quase-certo') e as interrogações se caracterizam pela não assunção (ou assunção parcial no caso de 'dever') do conteúdo que o enunciador constrói no enunciado, identificando com isso duas das formas de se distanciar do conhecimento que se está construindo. Vejamos agora o recurso do 'mediativo' como estratégia de distanciamento.

O termo 'mediativo' foi adotado por Güentchéva, entre outros, para designar a categoria gramatical que indica que o enunciador faz referência a situações (estáticas ou dinâmicas) das quais ele não assume a responsabilidade, por ter tido conhecimento delas por via indireta, o que lhe permite manifestar diversos graus de distância em relação ao conteúdo da sua própria mensagem, e permite ao co-enunciador pôr em questão, refutar o conteúdo da mensagem (Güentchéva 1996). Daí Campos (2001) sustentar a interação entre o mediativo e a modalidade, funcionando aquele como uma subcategoria desta, já que "o mediativo fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor modal epistêmico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade".

O valor mediativo se constrói a partir de uma ruptura enunciativa, ou seja, "qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada  $Sit_M$  que está em ruptura com a situação de enunciação [origem]  $Sit_0$ " (Güentchéva 1994). Assim, esse valor vai operar sobre uma *ruptura*, que quer dizer que  $Sit_M$  é referencialmente independente de  $Sit_0$  e a ruptura pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um enunciador mediatizado ( $S_M$ ), em ruptura com  $S_0$ , é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado ( $T_M$ ), em ruptura com  $T_0$ , surge como fictício (Güentchéva 1994).

Em termos semântico-enunciativos, temos o valor mediativo quando o enunciador, ao construir o enunciado, explicita, por mecanismos diversos, fatos apresentados que não constituem a expressão de uma visão pessoal e sim a de outros enunciadores aos quais o enunciador recorreu para validar seu enunciado (Neves, 2006).

Esse fenômeno tem sido estudado, particularmente, em algumas línguas que comportam marcas morfológicas que indicam a fonte enunciativa em suas formas verbais, como o búlgaro, o turco, o albanês, o armênio, o tibetano e diversas línguas ameríndias (Güentchéva, 1996). Ou seja, essas línguas contêm marcas morfológicas para explicitar se o conhecimento veiculado foi constatado pelo enunciador ou por outra fonte enunciativa.

Estudos têm sido realizados nas línguas tupi-guarani, que identificam igualmente expressões de ‘evidencialidade’ (a partir do termo “evidencial” empregado como expressão lingüística de atitude relativa ao conhecimento, com base em Jakobson (1957) e Chafe & Nichols (1986)), como o estudo realizado por Cabral (1999) no qual essa autora destaca duas dessas expressões: o ‘constativo’, que indica que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via direta, e o ‘mediativo’, que sinaliza que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via indireta, significando, em várias línguas, que a informação foi obtida através de um terceiro (Neves, 2004).

Cabral nos dá os seguintes exemplos de expressões de evidencialidade no tupi-guarani:

- \*rakó ~ kó (constatado pelo locutor);
- \*ra'é (não constatado pelo locutor);
- \*je (constatado por meio de outra entidade enunciativa);
- e \*nipo ~ \*ipó ~ \*pó (conhecimento obtido por recurso inferencial).

Outras investigações realizadas também apontam dados que contribuem para a compreensão e embasamento do contido neste trabalho, como o estudo de Barnes (1984) sobre os termos evidenciais em tuyuca, língua falada na Colômbia e no Brasil, a conferir:

- düga apé-wi* “Ele jogou futebol” (Eu o vi jogar)
- düga apé-ti* “Ele jogou futebol” (Eu ouvi o jogo e o ouvi, mas não vi um nem o outro)
- düga apé-yi* “Ele jogou futebol” (Eu vi evidências de que ele jogou: a marca do sapato *dele no campo*. Mas não o vi jogar)
- düga apé-yigi* “Ele jogou futebol” (Eu obtive a informação de outra pessoa)
- düga apé-hiyi* «Ele jogou futebol» (Há razões para o enunciador assumir que ele o fez)

Desses exemplos em tuyuca, verificamos que existe apenas uma forma em português (“Ele jogou futebol”) para representar as diferentes entidades enunciativas explicitadas naquela língua, o que caracteriza a necessidade de criar outros recursos, que não sejam os morfológicos, para dar conta dessa diversidade de informação que necessitamos construir na cadeia enunciativa.

Assim, no português, como em outras línguas, não encontramos marcas morfológicas identificadas como ‘mediativos’ ou ‘expressões evidenciais’ (Neves, 2006). Podemos, no entanto, encontrar outros recursos que assinalam o mesmo fenômeno, principalmente em enunciados jornalísticos. Isso pode ser constatado, como salientam Neves & Oliveira (2003), em processos

sintáticos e/ou por marcadores não exclusivos desse valor, como, por exemplo, advérbios de frase, do tipo ‘aparentemente’, ‘visivelmente’, ‘certamente’, ‘supostamente’; nos verbos modais ‘dever’ e ‘poder’ com valor epistêmico; em fórmulas introdutórias do discurso relatado (‘de acordo com X’, ‘segundo X’, ‘para X’), nas aspas de citação, entre muitos outros recursos. Ou ainda em adjetivos como ‘suposto (militar)’, ‘alegado (cúmplice)’ (Neves, 2004). Neste estudo, acrescentaremos à lista dessas autoras as ‘nominalizações deverbais’ que surgem, na linguagem jornalística principalmente, com um amplo leque de diversificadas formas lexicais.

De certa forma, para a presente investigação, esse fenômeno de mediatividade, e, muitas vezes, de distanciamento, se assemelha ao que já vem sendo destacado em estudos sobre a nominalização deverbal como ‘neutralidade’. Isso pode ser constatado, por exemplo, em Basílio (1994:13). Nesse trabalho, a autora afirma que uma forma nominalizada deverbal “permite referência ao processo verbal de maneira neutra”, indicando ser essa neutralidade uma estratégia de organização textual principalmente por favorecer a referência anafórica.

Assim também Azeredo (1999) destaca esse caráter ‘neutro’ de algumas nominalizações deverbais. A partir do enunciado abaixo, o autor identifica as formas nominais destacadas (‘paralisação’, ‘protesto’, ‘movimento’) como três representações de uma mesma proposição (“Cerca de mil estudantes universitários e secundaristas pararam ontem o trânsito em seis avenidas das zonas Sul, Norte e Centro”), motivadas pelo percurso da enunciação:

*“Cerca de mil estudantes universitários e secundaristas pararam ontem o trânsito em seis avenidas das zona Sul, Norte e Centro, para protestar contra a falta de verbas para a Educação e pedir a melhoria da qualidade de ensino. (...) A paralisação surpreendeu a Polícia Militar e a CET-Rio e causou engarrafamentos em bairros como Gávea, Leblon, Maracanã e Humaitá. (...)*

*O protesto contou com o apoio de diretórios acadêmicos, mas não foi comandado por entidades estudantis como UNE e Ubes. Na PUC, o movimento foi organizado por um grupo desvinculado do diretório, que há um mês vem percorrendo escolas e faculdades para mobilizar os estudantes.” (O Globo, 28.05.98, p. 1)*

No enunciado, a manifestação da neutralidade se encontra especificamente no termo “paralisação” que, para Azeredo, “é um termo neutro, que sintetiza a ação praticada”. Em relação aos outros dois substantivos deverbais esse autor diz que há motivações semânticas para os respectivos usos.

Além dos posicionamentos de Basílio e Azeredo, podemos citar o de Fairclough (1989) que focaliza duas funções para a nominalização deverbal: 1. pode ser uma estratégia para economizar espaço; ou 2. pode ser para esconder convenientemente a responsabilidade. No exemplo: “Despejo de carga causa problemas para motoristas”, o autor mostra que a frase “despejo de carga” é uma nominalização que representa o processo pelo qual os veículos que transportam inadequadamente carga despejam suas cargas ao percorrerem as estradas. Ele omite o fato de que são as pessoas que dirigem

esses veículos, ou, talvez, que são elas as responsáveis pelos problemas causados aos motoristas.

Veremos, agora, o distanciamento em alguns enunciados do nosso corpus com valor de mediativo. Vejamos os exemplos de (15) a (22) abaixo:

**(i) atribuição direta do enunciado a outra fonte enunciativa** – pode ser de duas ordens (recurso às aspas e menção clara da fonte enunciativa):

→ **recurso às aspas:**

(15) “Fernando Henrique Cardoso, ao criticar o governo, em São Paulo, atribuiu-lhe a responsabilidade pela “**sertanização**” da política.” (Mauro Santayana – “Os grandes sertões” – *JB* – 23/05/05 – p. A2)

O enunciador, em (15), recorre às aspas para atribuir a Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade do termo “sertanização” e naturalmente distanciar-se do comprometimento pelo uso da palavra. O enunciador poderia até não colocar as aspas, pois já se entenderia que, pela natureza narrativa do seu discurso, a responsabilidade era de FHC, mas o enunciador ratificou essa informação usando as aspas. Há um esclarecimento a fazer. O termo sertanização é entendido de forma pejorativa, no Brasil, pois indica uma forma de agir dos políticos do interior ou do sertão brasileiro. Não é uma prática bem vista e é identificada como coronelismo, em que há um senhor quem determina **autoritária e arbitrariamente** como devem votar os eleitores que estão sob seu jugo.

→ **menção clara da fonte enunciativa:**

(16) “**Depoimentos** colhidos pela PF demonstraram que funcionários desses órgãos usavam suas senhas para entrar em bases de dados de acesso restrito e, algumas vezes mediante pagamento, repassavam as informações para a Kroll.” (*Veja* – 18/05/05 – p. 67)

Nesse exemplo (16), a distância está sendo assinalada pela atribuição a outra fonte enunciativa, construída com a nominalização. O jornalista recorreu a nominalização “Depoimentos” para amparar a afirmação de “funcionários desses órgãos usavam suas senhas para entrar em bases de dados de acesso restrito...”. A nominalização equivale a “Segundo a PF”.

(17) “Há trinta anos, os índios desejam a criação da reserva por motivos legítimos: queriam a garantia de uma área em que pudessem viver segundo a própria cultura, sem ter de lutar pela terra com os fazendeiros brancos. A **argumentação** dos silvícolas e de seu enorme time de defensores profissionais e idealistas é principalmente ambiental.” (*Veja* – 04/05/05 – p. 61)

Com a expressão “A argumentação dos silvícolas”, o enunciador, em (17), não só resumiu o período anterior como também evidenciou que tudo

falado anteriormente não era de sua responsabilidade e sim reivindicações dos índios e de seu enorme time de defensores profissionais e idealistas, o que só fica compreendido com a construção da nominalização deverbal.

(18) “A Previdência Social brasileira é a mais cara do mundo. É a **conclusão** jornalística de um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, examinando 61 países com base em dados do Banco Mundial de 2002.” (Paulo Guedes – “Tudo errado na Previdência” – *O Globo* – 16/05/05 – 7)

Dizer que a “Previdência Social brasileira é a mais cara do mundo” necessita de um amparo em estudo estatístico e foi o que fez o enunciador ao atribuir a informação à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Através da nominalização, o enunciador Paulo Guedes se distanciou da informação que estava veiculando.

(ii) **apresentação de fatos inferidos:** a inferência resulta de um conjunto de conhecimentos construídos a partir de indícios. Nos exemplos abaixo, a inferência foi construída a partir de nominalizações que sustentaram o distanciamento dos enunciadores das informações que veicularam, a saber:

(19) “O mercado não parece temer um segundo governo Lula. **Indicação** disso é a renovação dos títulos emitidos e das operações feitas pelos bancos que vão além de janeiro de 2007.” (Miriam Leitão – “Modelos latinos” – *O Globo* – Economia – 25/05/05 – p. 26)

A enunciadora indica na nominalização “Indicação” sua inferência e através da mesma se distancia do construído no enunciado: não é ela quem acha isso, é o mercado que está sinalizando no sentido de um outro governo para Lula.

(iii) **nominalização como retomada anafórica sem comprometimento, julgamento ou juízo de valor:**

(20) A juíza Denise Appolinária dos Reis Oliveira, da 76ª Zona Eleitoral de Campos (RJ), tornou inelegíveis a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, e o presidente regional do PMDB, Anthony Garotinho. Os dois foram acusados de abuso de poder político e econômico e compra de votos. A **decisão**, de primeira instância, é retroativa a 2004. Portanto, se a Justiça nas demais instâncias decidir manter esta primeira sentença, Rosinha e Garotinho não terão direito de se candidatar em 2006, quando haverá eleições para presidentes, governadores, deputados e senadores. (www.folhaonline 13/05/2005 – 14h20)

A nominalização no exemplo tem uma função anafórica. Com “decisão”, o enunciador retomou a informação que transmitiu anteriormente, mas o fez com neutralidade, com distanciamento, pois poderia ter efetivado a

relação anafórica com um substantivo mais comprometedor, como por exemplo “condenação”, “acusação”, etc.

(21) “Os rumores que correm entre os jogadores brasileiros na Europa é que o verdadeiro motivo da separação de Ronaldinho e Cicarelli foi o aborto da modelo logo após uma briga séria do casal. Na **discussão**, Daniela teria dito que não levaria a gravidez ao fim, caso o jogador não mudasse seu comportamento.” (Márcia Peltier – *JB* – Caderno B – 17/05/05 – p. B5)

Nesse enunciado (21), o recurso à nominalização favoreceu o distanciamento da colunista. De certa forma, houve por parte dela uma mitigação do evento, pois, em se tratando do casal em pauta e pelo divulgado pela imprensa, o que teria ocorrido mesmo não teria sido uma “discussão” e sim uma “grande briga”.

(22) “Na sede da Kroll em São Paulo, a Polícia Federal encontrou farto material sobre suposto relacionamento da família Sarney com o banqueiro Edegar Cid Ferreira. A **documentação** sugere que o sigilo bancário da senadora [Roseana Sarney] foi quebrado, pois consta relatório com ‘extrato do cartão de crédito’ de Roseana Sarney, seguido do número do cartão.” (*JB* – 15/05/05 – p. A7)

O enunciador de (22) sustenta a distância que já havia marcado na construção do período anterior em que designou de “farto material sobre *suposto* relacionamento” na construção da nominalização. Não haveria nada menos comprometedor que dizer “documentação” para designar prova real de que teria havido uma relação nada saudável entre a família Sarney e o banqueiro Edegar Cid Ferreira.

### Considerações finais

Mostramos que as nominalizações deverbais podem constituir-se, na organização de um texto, estratégias de envolvimento e estratégias de distanciamento, da mesma forma que outras estruturas lingüísticas e recursos como, por exemplo, as aspas.

As estratégias de envolvimento se caracterizam pela assunção do enunciado e, conseqüentemente, pela responsabilização do conhecimento (ou informação) que está sendo veiculado.

Já as estratégias de distanciamento revelam, no discurso jornalístico, a desresponsabilização pelo construído para que não haja cobrança ou processo judicial, muito peculiar ao meio jornalístico.

Verificamos que um importante recurso de distanciamento utilizado na linguagem jornalística é o *mediativo*, que se caracteriza, no português, por

expressões recorrentes como ‘suposto’, ‘alegado’, ‘segundo fonte deste jornal’, etc.

Outro aspecto relevante a mencionar é o caráter polissêmico das nominalizações deverbais que favorecem a explicação/descrição do envolvimento e do distanciamento em relação ao enunciado, além das funções semântico-designadoras e gramático-textuais (anafóricas) pertinentes a essas formas lexicais (Basílio, 2004).

Enfim, esta investigação mostrou que muitas vezes a desverbalização objetiva denota um valor modal de envolvimento ou distanciamento em referência a enunciados explicitados anafórica ou cataforicamente.

### Referências Bibliográficas

- Azeredo, José Carlos 1999. Aspectos semântico-textuais do nome e da nominalização. In André Valente (Org.), *Aulas de Português*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 245-250.
- Barnes, Janet 1984. Evidentials in the Tuyuca verb. In *International Journal of American Linguistic* 50: pp. 255-271.
- Basílio, Margarida 1993. Sufixos nominalizadores: condições de produção. In: *Atas do II Congresso da ASSEL-RIO*, Rio de Janeiro, UFRJ, pp. 153-158.
- 1994. Aspectos da representação lexical de formas derivadas. In *Palavra*, Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio, pp. 7-16.
- 1996. Formação e uso da nominalização deverbal sufixal no português falado. In Ataliba Castilho & Margarida Basílio (Orgs.), *Gramática do Português Falado – Volume IV: Estudos Descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, pp. 23-33.
- 2004. Polissemia real e polissemia virtual em construções lexicais. Comunicação apresentada na Sessão ‘Três visões sobre a linguagem’ – *III Seminário Integrado de Pesquisa em Língua Portuguesa*. UERJ, Rio.
- Cabral, A. S. A. C. 1999. Aspectos gramaticais compartilhados por línguas do Baixo Xingu, Tocantins e Nordeste da Amazônia: partículas evidenciais. In *Anais do II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Linguística* (ABRALIN), Fevereiro/1999 (versão eletrônica).
- Chafe, Wallace 1986. Evidentiality in English conversation and academic writing. In W. Chafe & Nichols J. *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology, advances in discourse*, vol. XX, Norwood-New Jersey: Albex Publishing Corporation.
- Chafe, W. & J. Nichols 1986 *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology, advances in discourse*, vol. XX, Norwood-New Jersey: Albex Publishing Corporation.
- Campos, Maria Henriqueta Costa 2001. Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In A. S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: APL/UCP, pp. 325-340.
- Culioli, Antoine 1990. *Pour une linguistique de l'énonciation I: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys.

- Fairclough, Norman 1989. *Language and power*. Nova York: Longman.
- Güentchéva, Z 1994. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français, *Langue Française 102: Les sources du savoir*, pp. 8-23.
- Güentchéva, Z. 1996. Introduction. In Z. Güentchéva (ed.), *L'énonciation médiatisée*. Louvain/Paris: Éditions Peeters, pp. 11-18.
- Gumperz, J.J. 1982. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jakobson, R. 1963. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In *Essais de Linguistique Générale I*. Paris: Les Éditions de Minuit, pp. 176-196.
- Linde, Charlotte 1997. Evaluation a linguistic structure and social practice. In Britt-Louise Gunnarsson; Per Linell e Bengt Nordberg (eds.), *The Construction of Professional Discourse*. London: Longman, pp. 151-172.
- Neves, Janete S. Bessa 2004. Mediático e jornalismo. In Tiago Freitas & Amália Mendes (orgs.), *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri/APL, pp. 615-622.
- Neves, Janete S. Bessa 2006. *Estudo semântico-enunciativo da modalidade no artigo de opinião*. Dissertação de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Neves, Janete S. Bessa & Teresa Oliveira 2003. Estratégias lingüísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas. In Leonel Ruiz Miyares, Célia E. Alvarez Moreno e Maria Rosa Alvarez Silva (eds.), *Actas – II – VIII Simpósio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, pp. 823-827.